



# IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

## “Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

### PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA ATENDER A LEI 10.639/2003, DESCONSTRUINDO ESTERÉOTIPOS ATRIBUÍDOS AOS NEGROS.

Simone Aparecida de OLIVEIRA (UEMS – Campo Grande)<sup>1</sup>

#### Eixo 8 – Relatos de experiência

#### RESUMO:

Essa pesquisa Práticas Pedagógicas Para Atender a Lei 10.639/2003, Desconstruindo Estereótipos Atribuídos aos Negros, é um relato de experiência, na qual, foi realizada uma aula no terceiro ano do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Álvaro Lopes, no Município de Terenos, localizado a vinte e sete quilômetros de Campo Grande no Mato Grosso do Sul. Diante disso foi aplicado um plano de aula voltado para o conhecimento da formação da sociedade brasileira, com uma breve abordagem sobre a vinda forçada dos negros da África para o trabalho escravo no Brasil, como foram e como são tratados até os dias de hoje. Os recursos utilizados foram entre outros, bonecas brancas e negras, com roupas novas e bonitas, e roupas velhas e sujas, com intuito de perceber qual é a visão dos alunos com relação de quem deveria usá-las e o que ficou evidente é que a maioria deles vestiria as bonecas brancas com as roupas novas e as bonecas negras com roupas sujas e velhas, e os mesmos expressaram livremente a opinião de que as bonecas negras não combinavam com as roupas novas porque eram mais feias. Na sala com vinte e dois alunos, três meninas opinaram de maneira contrária, e as mesmas se alto declararam negras, causando uma agitação por parte dos demais, com risos no sentido de ironizar tal afirmação. Diante disso foi exibido um vídeo sobre a vinda dos Africanos no Brasil, e grande foi à indignação com a história vista. Contudo houve um debate, no qual, os alunos já haviam mudado a opinião sobre o valor do negro na formação cultural e social da sociedade brasileira expressando no desenho e pequenos textos tal constatação.

**PALAVRA CHAVE.** Negros. Prática Pedagógica. Lei 10.639/2003. Racismo. Discriminação.

---

<sup>1</sup> Graduada em Normal Superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Especialização em Gestão Escolar e Educação Inclusão pela Libera-limes, e mestranda no PROF-EDUC na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Professora Pós Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2017) e Professora do Mestrado Profissional PROFEDUC, associada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bartolina Ramalho Catanante. E-mail: Simone.sossegada@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Foi escolhida para a abordagem Práticas Pedagógicas Para Atender a Lei 10.639/2003, a turma do terceiro ano do Ensino Fundamental da Escola A.L, fundada pela Lei de Criação Nº 593 de quinze de janeiro de um mil novecentos e oitenta e oito, que atende cerca de oitocentos e cinquenta alunos distribuídos entre o segundo ao nono ano do Ensino Fundamental, no horário integral, divididos em dois turnos matutino e vespertino, situada na cidade de Terenos Mato Grosso do Sul.

Sobre práticas pedagógicas são as que possuem intencionalidade com a finalidade do ensino aprendizagem. Franco (2015, p.604), define Práticas Pedagógicas como:

As práticas pedagógicas são aquelas práticas que se organizam para concretizar determinadas expectativas educacionais. São práticas carregadas de intencionalidade e isso ocorre porque o próprio sentido de práxis configura-se através do estabelecimento de uma intencionalidade, que dirige e dá sentido à ação, solicitando uma intervenção planejada e científica sobre o objeto, com vistas à transformação da realidade social. (FRANCO, 2015, p. 604).

No entanto, quando se trata de prática pedagógica que são significativas, que ocorrem dentro da escola, falamos de ações que são positivas para o conhecimento e construção da identidade e cultura dos sujeitos, essas ações devem primar por valorizar a história em nossa sociedade e também promover a valorização dos sujeitos sejam de qualquer raça, etnia, religião, cultura entre outros.

Sobre a Lei 10.639/2003, é referente à Política Afirmativa, que obriga o ensino das relações étnicos raciais na escola, a fim de proporcionar o conhecimento histórico e promover a igualdade de tratamento entre os sujeitos, proporcionando fim do racismo e da discriminação contra negros na sociedade, para isso foi necessária à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

(...) A Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental

e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. (BRASIL 2003, p. 8).

Para o desenvolvimento dessa aula a sala escolhida possui vinte e dois alunos sendo dividida entre meninos e meninas, e estão na fase de aquisição da escrita e leitura, facilitando o processo de aplicação do planejamento sobre a temática.

A organização da aula se deu por meio do planejamento que contemplou: a abordagem do tema o Continente Africano, com a apresentação do Globo Terrestre no qual os alunos tiveram acesso visualizando a localização dos países africanos, logo foi informado sobre como os Negros vieram para o Brasil e as condições em que isso ocorreu, e como são tratados ainda hoje na sociedade.

Logo em seguida, foi a dinâmica das bonecas, na qual os alunos foram convidados a participar vestindo as mesmas com roupas novas e velhas e rasgadas, essa aplicabilidade foi para verificar o comportamento dos alunos diante de suas concepções sobre a temática discriminação e preconceito dos negros.

Quanto à escolha das bonecas, foi uma forma de estimular o debate, pois, o que se quis destacar é a hierarquização sobre a cor e os fenótipos do sujeito, pois são esses que causam a ação do racismo e da discriminação, sobre essa abordagem (GOMES, 2002, p. 42) destaca que:

Durante séculos de escravidão, a perversidade do regime escravista materializou-se na forma como o corpo negro era visto e tratado. A diferença impressa nesse mesmo corpo pela cor da pele e pelos demais sinais diacríticos serviu como mais um argumento para justificar a colonização e encobrir intencionalidades econômicas e políticas. Foi a comparação dos sinais do corpo negro (como o nariz, a boca, a cor da pele e o tipo de cabelo) com os do branco europeu e colonizador que, naquele contexto, serviu de argumento para a formulação de um padrão de beleza e de fealdade que nos persegue até os dias atuais.

Depois de desvelar como é que os alunos veem o negro e constatar que a maioria é influenciada pela visão europeizada, como destaca o texto acima, foi apresentado um vídeo mostrando como foi o processo de tomada do negro de seu

país, sua escravização, a libertação por meio da Lei Áurea que sem qualquer respaldo financeiro.

A Lei Áurea ocorreu em 13 de março de 1888, depois de muita pressão por parte dos movimentos contra a escravidão, dentro e fora do Brasil, na qual foi assinada o fim da escravidão, contendo somente dois Artigos, o Artigo 1º contém o texto: É declarada extinta, desde a data dessa lei, a escravidão no Brasil, e no Artigo 2º, Revogam-se as disposições em contrário.

Essa abordagem foi realizada com os alunos, mas sem muito aprofundamento, pois exigia um tempo maior de aplicabilidade do conteúdo, o que aconteceu em apenas quatro horas de aula.

E por fim foi solicitado que os alunos ilustrassem ou produzissem um pequeno texto sobre a temática ou que entenderam da aula, o que chamou mais a atenção e como devemos nos tratar indiferente de raça ou cor, e os resultados foram muito interessantes e surpreendentes.

## **DESCRIÇÃO DA AULA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No primeiro momento foi realizada uma apresentação do tema Desconstruindo Estereótipos Atribuídos aos Negros para os alunos, logo, conversamos sobre o continente africano e localização no Globo terrestre, e depois foi falado sobre a vinda de forma forçada dos negros para a mão de obra escrava no Brasil. Assim como mostra MOURA (1992 p.20-21):

Nesse mundo economicamente fechado, durante o Brasil-Colônia somente quem trabalhava era o negro escravo. O fausto da economia, que permitia aos senhores importarem sedas e vinhos da França e o seu comportamento de verdadeiros nababos, tinha como único suporte o trabalho da escravaria, que vivia sob as formas mais violentas de controle social, num clima de terrorismo permanente, ou se rebelava e fugia para as matas, organizando quilombos, onde reencontrava sua condição humana. (MOURA, 1992, p.20-21).

Os negros nesse momento da história eram considerados mercadorias, sendo vendidos e mantidos em condições sub-humanas, isso se perpetuou por cerca de mais de três séculos, e nos dias de hoje faz com que sejam considerados por muitos como inferiores pela cor da pele e características.

Em seguida foi realizada uma dinâmica na qual, foram apresentadas quatro bonecas duas grandes e duas pequenas, sendo uma grande e uma pequena negra e uma grande e uma pequena branca para as crianças, que no momento e que viram as bonecas negras, a maioria das crianças reagiram dizendo que eram feias, eram sujas e que não queriam aquelas bonecas nem para brincar.

Esse momento da aula foi bastante marcante, pois foi nítida a visão europerizada que a nossa sociedade costura ter com relação à pessoa negra, na qual alguns ainda falavam que a cor preta é feia, ao perguntar o porquê dessa opinião a maioria dos alunos quase como um coro respondeu que não gostavam de pretos.

Diante disso foi necessário ressaltar que o racismo é um crime previsto na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional serão punidos sob a forma da mesma e que todos devemos ser tratados igualmente.

Apesar da apreensão das crianças sobre essa abordagem, alguns ainda continuaram com a postura firme demonstrando contrariedade em aceitar o negro como sujeito da história e as três meninas negras da sala permaneciam em silêncio, mas era visível o desconforto causado pelos demais alunos à elas.

Outro recurso utilizado para a realização da aula foi roupas para vestirem nas bonecas, nas quais, havia quatro vestidos entre eles dois eram bonitos e novos, os outros dois eram velhos, rasgados e sujos, e pedimos que as crianças vestissem as bonecas, a maioria colocou as roupas novas e bonitas nas bonecas brancas e as velhas e rasgadas nas bonecas negras, com exceção das meninas negras da sala que colocaram as roupas mais bonitas nas bonecas negras deixando as brancas sem vestir.

Essas meninas argumentaram que deveria ter roupas novas para todas as bonecas porque todos tem que ser tratadas iguais e essa visão são a mesma das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que é uma Política Afirmativa que busca a igualdade de tratamento entre os indivíduos, que também conceitua (2003, p. 15):

(...) A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao

proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2003, p. 15)

O preconceito racial contra negros no Brasil é historicamente constatado desde o início da colonização, no qual os negros são importados para a mão de obra escrava. (RIBEIRO, 1995). Então os negros vêm sofrendo com tratamentos desiguais, os indivíduos não negros reportam aos negros estereótipos negativos fazendo com que haja desigualdade de tratamento e conseqüentemente, isso afeta em toda a sua vida social.

A escola é um dos locais onde há manifestação de preconceito e discriminação racial contra negros, e assim sempre que há uma ação negativa por parte dos sujeitos, é na história que se deve buscar a desconstrução negativa a que o negro foi submetido. Munanga (2005, p. 17), diz que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 17)

Nesse contexto, os alunos tiveram total liberdade em dialogar sobre a temática e por diversas vezes ouvimos que as roupas sujas deveriam ficar nas bonecas negras e que as bonecas brancas deveriam ser melhores vestidas porque iriam sair de casa para passear, e as negras iriam ficar em casa realizando a limpeza e cozinhando.

Isso evidencia a afirmação de que ainda os sujeitos veem os negros em situação de servil, ou seja, nos serviços braçais, nos quais no começo da história do nosso país foram obrigados a realizar sem quaisquer forma de pagamentos.

As bonecas foram levadas com o intuito dos alunos reproduzirem o seu pensamento, e foi tão eficaz que acabaram esquecendo-se delas e falando diretamente dos negros.

Quando questionado aos alunos porque pensavam dessa maneira, eles na maioria não souberam explicar, mas alguns disseram que é o que eles acreditam que os negros são feios e que servem para trabalho braçal. Essa hierarquização das relações é constituída historicamente e (GOMES, 2003, P.76-77) ainda mostra que:

No caso do negro brasileiro, a classificação e a hierarquização racial hoje existentes, construídas na efervescência das relações sociais e no contexto da escravidão e do racismo, passaram a regular as relações entre negros e brancos como mais uma lógica desenvolvida no interior da nossa sociedade. Uma vez constituídas, são introjetadas nos indivíduos negros e brancos pela cultura. Somos educados pelo meio sociocultural, a enxergar certas diferenças as quais fazem parte de um sistema de representações construído socialmente por meio de tensões, conflitos, acordos e negociações sociais. A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (GOMES, 2003, P.76-77)

A escola por sua vez é rica de vivências e dentro disso, as relações de tratamento entre as diferentes culturas e raças devem ser trabalhadas buscando na história a desconstrução negativa de tratamento entre os indivíduos, isso se dá com práticas pedagógicas eficazes favoráveis a promoção do aprendizado da cultura Afro-Brasileira no currículo escolar atendendo a Lei Nº 10.639/2003.

Dessa forma após o vídeo, novamente houve a abordagem sobre a discriminação e o preconceito em que os negros sofrem até os dias de hoje, e foi brusca a mudança de comportamento e de concepções entre os alunos. Conseguiram perceber que houve uma injustiça e que até hoje perdura com as formas de abordagem ao negro na sociedade.

Ensinar os princípios do respeito é de fundamental importância, pois com isso as relações se tornem igualitárias e que, no entanto faça com que a sociedade comece a valorizar os sujeitos, e que haja igualdade de tratamento e de oportunidade para a consolidação de uma sociedade mais justa com todos.

Nesse sentido, foi solicitado aos alunos que ilustrasse e produzissem um texto do que mais chamou a atenção deles com relação à temática, e no geral, a maioria descreveu sobre a vinda dos negros para o Brasil, e seus desenhos foram muito interessantes, pois ao mesmo tempo que ilustraram a vinda dos negros para o Brasil com riqueza de detalhes, também escreveram sobre como devemos tratarmos uns aos outros.

O trabalho com essa turma foi muito produtivo e interessante, pois se notou que a maioria age como reprodutores de suas vivências sociais, ou seja, diziam que não gostavam de negros e ao mesmo tempo não sabiam conceituar o porquê disso.

No final da aula mostraram com diálogos e debates que assimilaram o tema e começaram a perceber que fazem parte do contexto da miscigenação que existente no Brasil inúmeras tonalidades de cor de pele e fenótipos diferentes, e que todas merecem o mesmo respeito e valorização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sobre a Lei 10.639/2003, deve ser intensificado nas escolas pois apesar de ter quinze anos de sua consolidação ainda é desconhecida por alguns professores e outros atores escolares.

Para que haja eficácia no ensino sobre as relações étnicos raciais, é preciso agir no momento em que a discriminação racial ocorre, pois o professor não precisa programar a aula, mas deve ter conhecimento de como realizar essa abordagem para que seja positiva na desconstrução da ação discriminatória.

É necessário também promover entre os alunos o conhecimento de todo contexto histórico, com aulas planejadas, pois só assim é possível que os sujeitos se incluam na formação da sociedade brasileira.

A aula aplicada nesse relato de experiência foi uma forma de proporcionar aos alunos um conhecimento em torno da história de forma introdutória, por não haver muito tempo para aprofundar o conhecimento sobre os negros africanos no Brasil, mas foi sim uma ação que contribuiu com o despertar a promoção da valorização do negro.

Isso ficou visível quando ao finalizar a aula os alunos começaram a debater de forma diferente do início, pois conseguiram mesmo com singelo vocábulo, outro posicionamento das afirmações antes negativas, depois se solidarizando com a história.

É necessário que haja práticas pedagógicas exitosas para a promoção da igualdade de tratamento entre os sujeitos na escola, pois só dessa forma será possível uma mudança do pensamento em que os sujeitos são hierarquizados conforme sua cor da pele ou fenótipos, ou até mesmo características físicas.

Enfim o trabalho voltado ao combate do racismo e da discriminação racial contra negros deve ser pautado em conhecimento histórico, e esse deve ocorrer no cotidiano escolar, não como um tema transversal o que ocorre hoje, mas sim como uma ação contínua e necessária para que haja a igualdade de tratamento acarretando na igualdade social, econômica e intelectual entre todos os sujeitos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASÍLIA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2003. 35p.

FRANCO Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações**. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0601.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018

GOMES, Nilda Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2003 Nº 23. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. disponível em <file:///C:/Users/simon/Documents/lino20Cultura%20negra.pdf>. acesso em 20/07/2018.

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD, 2006. 262 pg.; il.

MOURA, Clóvis. **História do negro Brasileiro**. 2º ed. Editora Ática S/A. 1992. 84 p. Disponível em: <file:///C:/Users/simon/Downloads/184500908-Moura-Clovis-1992-Historia-do-Negro-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil**. Companhia das Letras- 1995. São Paulo. 2º ed.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação : citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002b.

IBGE. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

### Artigo de periódico

RIBEIRO, O. M; CAETANO, C. J. M. Tempos e Redes: a arquitetura de uma sala de aula em EAD. **Revista FAEEBA**, v. 23, p. 131-139, 2014.

### Capítulo de livro

ALVAREZ, M. L. O. Enunciados fraseológicos: uma amostra de linguagem e cultura no tempo e no espaço. In: LABORDE, Elga Perez & ALVAREZ, Maria Luisa Ortiz. (Org.). **Dimensão temporal e espacial na linguagem e na cultura latino-americana**. 1ed.Campinas: Pontes Editores, 2013. v. 1, p. 131-144.

### Livro

LABORDE, E. P.; ALVAREZ, M.L.O. (Org.). **Dimensão temporal e espacial na linguagem e na cultura latino-americana**. 1ed.Campinas: Pontes Editores, 2013.

### Dicionário

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

### Artigo de jornal

SILVA, K. A. Clonaram o meu cartão! Ações e Reflexões. **O Diário de Barretos**, p. 2 - 2, 03 mar. 2015.

### **Trabalho em anais**

MOTA, C. M. L.; ALMEIDA, P. H. Identidade nacional na narrativa jornalística: um novo Brasil? Revista Intercâmbios dos Congressos de Humanidades. **Anais do XVI Congresso de Humanidades** (Brasília), 2002, p.14-23.

### **Resumo**

RABELO, B. Sala de aula sem paredes. Oficina de produção textual no contexto das tecnologias de comunicação. In: **XVI Congresso de Humanidades, 2013. Caderno de Resumos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013, p. 99-100.

### **Teses/Dissertações**

ROCHA, H. **Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade**. 2012. xi, 246 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

### **Trabalho em CD**

LIMA NETO, Newton. A Universidade e os trabalhadores. In: **REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA**, 49, 1997, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Videolar, 1991. CD-ROM.

### **Artigo em periódico eletrônico**

MAAMARI, A. O ensino laico e a formação filosófica. Revista Eletrônica de Educação, Vol. 8, No 3 (2014). Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1090> >. Acesso em: 12 mar. 2015.

### **Texto da internet**

LEFFA, V. J. O jogo da aprendizagem: games na escola. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pasta/jogo.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

### **Legislação**

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 14/03/2017.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **Resolução SE 88**, de 19 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 20/12/2007.